

FORMAÇÃO-REFLEXÃO DE FORMADORES: OLHARES PARA AEE NA REGIÃO SERRANA DO ESPÍRITO SANTO

Victória Vaz Rodrigues¹

Denise Meyrelles de Jesus²

Universidade Federal do Espírito Santo

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

Eixo Temático 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e
Qualidade Social

Resumo

Analisa a materialização da Política de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva no Espírito Santo nos seus quatorze anos de implantação, considerando o caso de três municípios. Tem por objetivo geral, cartografar as implicações da Política Nacional de Educação Especial (EE) em uma Perspectiva Inclusiva (PNEEEI/2008) em três municípios da região centro-serrana do Espírito Santo, visando o fortalecimento do direito à Educação para estudantes público-alvo da EE e a constituição de “justiça cognitiva” para esses alunos. Está associada ao um estudo maior “Um olhar sobre o estado do Espírito Santo a partir da Política Nacional de EE em uma perspectiva inclusiva”. Utiliza-se de uma abordagem qualitativa de pesquisa tomando o grupo-focal como ferramenta principal de investigação. Apoiar-se nas orientações teórico-metodológica de Boaventura de Sousa Santos e de pesquisadores da área da EE. Evidencia-se que houve movimentos nesses quase quinze anos de implantação da PNEEPI (2008). Para além da matrícula, há a organização de órgãos/setores de EE estabelecidos, tem havido um esforço de estabelecer políticas locais que têm direções inclusivas. As políticas apontaram para preocupações com o diagnóstico/avaliação desse público, na superação de uma perspectiva clínica. Quanto às práticas pedagógicas, destaca-se a colaboração no contexto da escola e com agências formadoras, mas o currículo da sala de aula comum precisa ser intensificar como eixo articulador dos processos de escolarização, bem como a necessidade de resignificação da concepção de atendimento educacional

¹ Aluna de graduação em Pedagogia (UFES) . E- victoriavr2017@outlook.com

² ¹Professora do DEPS/PPGE mail -Centro de Educação da UFES. E-mail jesusdenise@hotmail.com

especializado, entendendo como uma pedagógica dentre articuladora de diferentes ações escolares. Conclui-se que houve movimentos nesses quase quinze anos de implantação da PNEEPI.

Palavras-chave: Educação Especial. Política de Educação Especial. Práticas Pedagógicas. Espírito Santo.

1 Introdução

Este estudo aborda a materialização da Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, nos municípios do estado do Espírito Santo (BRASIL, 2008). Sendo a meta principal compreender a materialização desta política no período 2008-2020. Cabe destacar, que de acordo com a Política se constituem alunos público-alvo da EE as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Partiu-se da premissa, de que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura o atendimento educacional especializado para essas pessoas, prioritariamente na rede regular de ensino, sendo papel das escolas garantir esses direitos. Para além da Constituição Federal Brasileira e da Política Nacional de EE na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, serem referência da Educação Inclusiva no Brasil, possui-se outras diretrizes e documentos norteadores para a EE em níveis federais, estaduais e municipais, especialmente no estado do Espírito Santo.

Este estudo foi realizado com parte de um projeto de pesquisa maior, “Um olhar sobre o estado do Espírito Santo a partir da Política Nacional de EE em uma perspectiva inclusiva” e foi realizado em três municípios da região centro-serrana do estado do Espírito Santo, pela via prioritária de grupos focais. O impacto a Pandemia de Covid-19, foi impeditiva da realização de parte do projeto, assim sendo foram realizados grupos focais que tiveram a participação de profissionais da educação e especificamente da área de EE, bem como familiares de alunos público-alvo.

Trabalhou-se, a partir da análise das narrativas dos grupos-focais transcritas e analisadas, constituindo-se como eixos principais: Política Nacional de EE; Escolarização do público-alvo da EE; Currículo e Práticas Pedagógicas; Atendimento

Educacional Especializado; Avaliação. Redes de Apoio; Financiamento da EE. Assim sendo, seu objetivo geral: cartografar as implicações da Política Nacional de EE em uma Perspectiva Inclusiva (PNEEEI/2008) em três municípios da região centro-serrana do Espírito Santo, visando o fortalecimento do direito à Educação para estudantes público-alvo da EE e a constituição de “justiça cognitiva” para esses alunos.

2 O que nos diz a literatura

Defende-se o direito à Educação de todos os alunos, tal como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e inclui-se àqueles público-alvo da EE, preferencialmente na rede regular de ensino.

Para tal, apoia-se na Cartografia Simbólica, conforme Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2007), como uma forma de conceber e acompanhar os movimentos da realidade, na busca da criação de mapas sociais. Também se utiliza diferentes escalas para lançar os olhares sobre os fenômenos a serem analisados, pensando mais nos processos e menos nos resultados. Com o objetivo de compreender a respeito das análises de políticas educacionais dos municípios.

Boaventura de Sousa Santos nos apresenta a

[...]Cartografia Simbólica como uma forma de conceber e acompanhar os movimentos da realidade, na busca da criação de mapas sociais, mapas que representam intencionais da realidade. A cartografia de Santos corrobora para situarmos fenômenos em relação uns aos outros, nos convida a pensar em novas/outras problematizações, nos ajudar a valorizar os conhecimentos, sejam eles científicos ou não e desse modo, provoca reflexões e atitudes contra-hegemônicas. (SANTANA, 2020, p.27).

Santos (2007) afirma que, para a composição desses pensamentos alternativos, é preciso implementar políticas sociais comprometidas com a constituição de uma justiça social global, visando à garantia dos direitos sociais, bem como de uma justiça cognitiva global comprometida com a validação de todos os saberes (sem hierarquias), pois muitas maneiras de produzir conhecimentos e experiências – muitas apontando possibilidades de transformação da realidade social – são diariamente sufocadas e descredibilizadas pela racionalidade técnico instrumental que valoriza o individualismo exacerbado, a competição entre as pessoas e a manutenção do status social dos grupos privilegiados. É interessante refletir que já se dispõem de uma pluralidade de recursos e saberes, muito deles pensados para

facilitar a existência humana. O desafio é torná-los acessíveis e disponíveis, até porque, se uma grande parcela da população mundial passa por essa vida sem acesso a muitos desses conhecimentos, pouco sabemos da produção construída por esses indivíduos. Portanto, a questão é interrogar como promover uma justiça cognitiva para que essas experiências, saberes e práticas sejam vistos e assumidos como legítimos no contexto social. Esse contexto marcado por uma lógica produtivista nos faz desacreditar em situações que Freire (1996) denominou inédito-viáveis (realidades possíveis de serem concretizadas). Aqueles que acreditam na renovação da teoria crítica e na reemancipação social buscam validar conhecimentos locais e credibilizá-los. No caso desse estudo buscou-se compreender as experiências locais produzidas na região serrana do estado do Espírito Santo, sobre a educação de alunos público alvo da EE e fazer conhecer as políticas de EE locais, bem como a forma como essas vêm sendo materializadas, tendo em vista contribuir para a negação da noção de que aqueles sujeitos que não se enquadram no perfil idealizado de humano resta a convivência com os sistemas de desigualdade e de exclusão (Santos, 2007). Aos do primeiro grupo cabe à ideia de acreditar que fazem parte da sociedade, no entanto convive-se, cotidianamente, com estratificações, seja no acesso ao conhecimento, seja ao trabalho, à cultura, ao lazer, à saúde, à educação, dentre muitas outras situações que se poderia elencar. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. “[...]A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável.” (SANTOS, 2006, p. 280).

3 Metodologia

Com o objetivo de compreender a respeito das análises de políticas educacionais dos municípios, utilizou-se a ferramenta dos grupos focais (GATTI, 2005). Questões geradoras sobre a temática em estudo foram disparadas Gatti, “[...]caracteriza essa técnica como derivação das diferentes formas de trabalho com grupos, amplamente desenvolvidas na psicologia social.” (2005, P. 07). Privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios conforme o problema em estudo, desde que eles possuam algumas características em comum que os qualificam para a discussão da questão. Os grupos foram formados por cerca de doze participantes sendo eles:

gestores públicos de EE, gestores escolares, professores de sala de aula comum, professores de EE e familiares sob a coordenação dos pesquisadores responsáveis pelo estudo.

Cabe salientar, que mesmo buscando encontrar descritores idênticos para os três municípios isso não foi possível, primeiramente porque os municípios trabalham com diferentes formas de análises de suas atribuições de suas ações e segundo porque, conforme evidenciado na literatura nacional (GARCIA, BARCELOS, VAZ, 2021; GARCIA, MICHELS, 2021; GIVIGI, JESUS, SILVA, 2022), o momento de pandemia além de impactar fortemente na saúde pública teve sérios atravessamentos, em diferentes áreas sociais, políticas e econômicas. Especificamente na área da Educação convivemos com um aumento exacerbado das desigualdades já existentes. Dentre elas, destaca-se a dificuldade de contato com muitos dos profissionais da educação, seja pelas dificuldades de disponibilidade e uso de redes móveis, quanto pelo excessivo aumento de seu trabalho.

Tornou-se sobremaneira complexo abordar as gestoras de EE e outros profissionais da educação, tendo em vista equalizar as naturezas dos dados. Além disso, não se dispõe de dados quantitativos do município três, mesmo após reiteradas tentativas.

Os principais eixos discutidos no processo de coleta de dados foram: Política Nacional de EE; Escolarização do público-alvo da EE; Currículo e Práticas Pedagógicas; Atendimento Educacional Especializado; Avaliação. Redes de Apoio; Financiamento da EE.

4 Resultados e Discussão

POLÍTICAS LOCAIS, EQUIPE DE EE E MATRÍCULA

A Política de EE em uma perspectiva inclusiva é apontada como referência normativa/legislativa nos diferentes lócus. As falas refletem uma percepção de que as normativas pró inclusão se situam dentre aquelas que orientam em tese as ações dos municípios da região Serrana, embora haja situações que evidenciem a

processualidade da constituição e materialização de políticas educacionais, conforme nos alerta Mainardes. ao analisar processos de implantação de políticas.

Conforme argumenta uma gestora de EE:

[...]Nós sempre tivemos muito cuidado de estar seguindo principalmente a resolução nº04 (MEC, 2009) como [...] bem colocou e os demais colegas também... Na prática mesmo, na íntegra[...]essa questão da resolução nº04 de estar desenvolvendo um trabalho de complementação. Nós temos hoje são as salas de recursos multifuncionais que estão nas escolas comuns (GESTORA, MUNICÍPIO DOIS,2020)

Fica evidente na narrativa das diferentes profissionais e dos familiares de que a legislação nacional é do conhecimento de todos e que “atuar”, na tentativa de tê-la como parâmetro orientador se coloca como meta. Ainda, no que tange as políticas e suas normativas, a maioria dos municípios tem normativas próprias, nem sempre diretrizes de EE, mas documentos orientadores de suas ações, além de definições de suas funções. Conforme nos coloca

Todos os municípios contam com um setor/coordenação de EE, ou pessoa responsável, dentro de uma equipe maior. A maioria dos municípios conta com equipes de EE de natureza pedagógica, cabe destaque, no entanto, que há cargos de natureza clínica, que se envolvem nas ações inclusivo-pedagógicas. Ainda é possível encontrar uma minoria, onde, predominam ações de gestão, associadas a práticas desenvolvidas pelas instituições especializadas de natureza filantrópica.

No município um a equipe é formada por uma coordenação pedagógica por uma fonoaudióloga e um psicólogo, enquanto no município três a equipe somente possui uma pessoa na coordenação da área pedagógica.

De modo geral, houve uma avaliação positiva quanto ao trabalho das coordenações de EE, tanto pelos professores, quanto pelas famílias. “Eu sou professora especialista, eu acho que o no município dois em relação à política nacional vem fazendo a diferença porque o trabalho não é um faz de conta” (PROFESSORA DE EE, MUNICÍPIO DOIS,2020).

Na perspectiva dos participantes dos grupos focais houve avanços significativos de matrículas de alunos PAEE nos últimos anos, nas escolas comuns.

O diálogo abaixo entre os envolvidos da UFES e do município elucida a questão da matrícula:

[...] antes de 2010, os alunos não frequentavam o ensino comum, só frequentavam a APAE, em 2010 [...], falando de uma forma geral, tínhamos em média 20 alunos e aí [...] no ano passado, estávamos em média com 50

alunos e no final do ano se tornou 90 [...] (GESTORA, MUNICÍPIO DOIS,2020)

Cabe analisar que nos municípios em tela, observou-se um aumento significativo nas matrículas dos alunos PAEE na escola comum. Os participantes destacam, também, o fato de os alunos progredirem nas séries escolares e chegarem ao ensino médio. Na perspectiva dos participantes com o aumento do conhecimento sobre a PNEEPI (MEC, 2008), se sentiram apoiados para ousar em suas ações de sustentar uma proposta mais inclusiva no município.

PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Novas práticas organizativas e de gestão dos processos avaliativos são mencionadas em função da matrícula dos alunos PAEE.

Fica claro que há movimentos em torno de uma avaliação diagnóstica mais pedagógica, no entanto, ainda marcada por olhares clínicos, que levam a exigências ou recomendações de laudos clínicos, muitas vezes “oferecidos” por instituições privadas de natureza filantrópicas.

[...]temos uma ficha de encaminhamento que é disponibilizada para todos os professores no início do ano, [...] então a gente faz as orientações a esses supervisores do preenchimento dessa ficha, é uma ficha descritiva onde os profissionais da escola descrevem o que eles estão observando nessa criança (GESTORA, MUNICÍPIO DOIS,2020)

[...] Então a escola fica como uma coisa fundamental pra esses alunos né? Às vezes é o único atendimento que ele vai ter, é na escola. Então eu tenho esse olhar aí, entendeu? Como que a escola é importante para as crianças que têm o laudo de criança especial. (FAMILIAR, MUNICÍPIO TRÊS, 2020)

Observa-se que uma breve avaliação inicial parece gerar um conjunto de encaminhamentos para a área clínica. Embora haja tentativas pedagógicas como ponto de partida, os movimentos que se seguem são clínicos.

Para além, as famílias são as responsáveis por buscar os especialistas da área da saúde. Destaque-se que para a população de baixa renda está não se constitui em ação fácil.

Por outro lado, vamos encontrar nos movimentos na escola, ações de ordem pedagógica, conforme narrado por uma professora de EE.

[...]Então aí a gente começa fazer todo trabalho, encaminha para sala de recursos, o professor de AEE faz a avaliação diagnóstica, senta-se com

professor regente nos planejamentos e juntamente vão pensar em estratégias para serem desenvolvidas com esse aluno e aí começa todo aquele processo. (GESTORA, MUNICÍPIO DOIS,2020)

Os dados/informações mostram contradições, que se colocam como tensões, mas que, evidenciam o surgimento de “embriões”, de outros possíveis. Conforme Aguiar (2014) deve-se estabelecer articulação entre a avaliação diagnóstica e o planejamento.

AÇÕES PEDAGÓGICAS NA ESCOLA

As concepções sobre o atendimento educacional especializado, ainda, se confundem com o que acontece nas salas de recursos multifuncionais. Chama para necessidade de ressignificações. Uma participante assim se coloca “[...] a sala de AEE é a sala de recursos. Cada aluno tem seu horário no contraturno” (PROFESSORA, MUNICÍPIO UM, 2020). As narrativas, em muitos momentos, chamam atenção para um fazer desarticulado com o que acontece na sala de aula comum do aluno e há uma grande insistência de que “não se trata de reforço”. Há muita ênfase na noção de ser de natureza complementar, mas não fica clara a complementação a quê. Assim, parece evidente que o currículo da sala de aula comum, ainda está em processo de ser significado como eixo orientador da escolarização dos alunos PAEE, na maioria dos espaços escolares. No entanto, há movimentos diferenciados, que podem ser reconhecidos como embriões de uma outra significação do atendimento educacional especializado, quando analisamos a temática colaboração, nos municípios um e dois.

Observa-se também a colaboração entre diferentes instituições escolares

[...]O IFES até propôs uma formação continuada junto com a gente uma troca mútua, para poder ajudar e melhor atender os alunos, eles com os laboratórios também vêm fornecendo ideias e estratégias legais da informática para a gente melhorar a interação com os alunos. (GESTORA, MUNICÍPIO DOIS,2020)

Observa-se que o município três elabora suas ações de “colaboração” prioritariamente com instituição filantrópica do município. Vê-se então, uma relação de dependência e não de troca. Nesse caso, a instituição filantrópica tanto é responsável pelo diagnóstico e avaliação quanto pelas ações do atendimento educacional especializado.

A maioria dos municípios deixa claro que há um momento de planejamento entre a professora regente e a professora de EE. Faz-se necessário chamar atenção para o

fato que muito do trabalho docente não tem um tempo específico para o planejamento didático e que há desencontros nas práticas organizativas das escolas. De qualquer forma, a sistematização das ações docentes de planejamento, precisam permitir o diálogo entre todos os profissionais envolvidos com a escola e com os alunos PAEE.

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO FINANCIAMENTO DA EE

As relações público-privado em educação continuam presentes e fortalecidas considerando os anos de 2016 até o presente. Diz-se de tentativas de “escapar” às pressões, que em outros espaços são aceitas/naturalizadas. O lobby das instituições é extremamente forte sobre os sistemas, as escolas e as famílias. Verba pública para a instituição privada é naturalizada.

Os participantes se colocam:

[...]as discussões na Universidade sobre financiamento, o dinheiro público na instituição pública, e nós fomos também partilhando isso na Secretaria. E aí agora... há uns 5 anos que não se coloca mais professor e pedagogo da educação dentro da instituição. A gente sabe que existem os repasses, da câmara, direto dos gabinetes. [...] É muito complexo né, a questão do financiamento da educação, dessa dupla matrícula, de você analisar as contas e enxergar ali se tá recebendo não. (GESTORA EE, MUNICÍPIO 1, 2020)

Outra questão também colocada em análise pela gestora diz respeito a dupla matrícula conforme definida pela legislação brasileira. (BRASIL,2008). Conforme nos traz a fala a seguir:

[...] “como é que fica a dupla matrícula?” [...]na nossa rede a gente não tem recebido a segunda matrícula, por que a gente indica que o aluno está sendo atendido em trabalho de colaboração, [...] “uma situação da política que precisava ser repensada’ (EQUIPE DE EE, MUNICÍPIO 1,2020)

O fato do município um não ter assinado o convênio de financiamento da EE, com a rede estadual, trouxe complicadores financeiros para o município. Destaque-se que foram dezoito municípios no Espírito Santo que não aderiram. Tratou-se de uma decisão política importante na perspectiva da inclusão escolar, mas que criou dificuldades no financiamento público para o atendimento educacional especializado na escola comum. Essa questão é extremamente nebulosa no país e no estado do Espírito Santo ela é mais complexa ainda.

O município um analisa que o direito ao duplo financiamento, é um direito do aluno, e chama a atenção para a necessidade de colocar um pouco mais os pais a par dessa questão, porque é uma questão também que os familiares podem apoiar.

Quanto a questão do financiamento:

[...]eu espero muito mais, eu gostaria muito mais, mas tem uma série de coisas que não são do nosso querer, [...]se não fosse esse financiamento, essa parceria, cada escola deveria ter um professor de AEE, que seria um sonho pra mim, e trabalharia de forma igual ao município um, só a escola [nome da escola] tem alguns alunos no contraturno mas o resto é colaborativo, que seria satisfatório mas... (GESTORA, MUNICÍPIO TRÊS,2020)

As questões do financiamento público para instituições filantrópicas estão longe de ser resolvidas. Trata-se de lobby de longa data que se fortaleceu nesse momento político conservador do país.

Retomando o conjunto dos dados evidencia-se que a Política de EE em uma perspectiva inclusiva (2008) é apontada como referência normativa nos diferentes lócus da pesquisa. Os três municípios em tela assumem essa perspectiva em suas ações. Assim como preconizado pela legislação vigente no país (BRASIL,2001), cada um dos municípios conta com setor/órgão de EE. Os setores são organizados por equipes pedagógicas e contam com participantes da área clínica, conforme dados encontrados tanto em pesquisa realizada em 2012, no estado, (JESUS, 2012) quanto em estudos do Observatório Estadual de EE do Espírito Santo (MENDES, CIA, D'FONSECA, 2015). Trata-se de uma fragilidade do contexto capixaba e no país, em geral. Ainda se naturaliza um olhar para além do pedagógico em equipes educacionais e isso se reflete no âmbito dos processos diagnósticos encontrados nesse estudo (AGUIAR, 2015). Não significa negar a relevância dos conhecimentos multidisciplinares, mas a discussão se coloca na composição das equipes.

As narrativas refletem um conhecimento bastante substantivo no que tange à legislação nacional e local sobre a perspectiva inclusiva no país, o que difere dos resultados encontrados em 2012 (JESUS, 2012). Evidenciam uma percepção de que as normativas pró inclusão se situam dentre aquelas que orientam, em tese, as ações dos municípios da região Serrana, embora haja situações que evidenciem a processualidade da materialização de políticas educacionais, conforme nos alerta

Mainardes (2006) ao analisar os processos de implantação de políticas em contextos locais.

Em cada um dos municípios se pode observar um aumento na matrícula de alunos PAEE, nas redes municipais e em diferentes tipos de escolas, localizadas tanto no campo quanto nas cidades. Há também a presença de professores de EE e de profissionais cuidadores, principalmente nos municípios um e dois, conforme preconizado pela legislação brasileira e estadual (ROCHA, 2022).

Os resultados referentes às práticas pedagógicas, apontam para um movimento interessante no sentido de buscar uma sistematização em torno das práticas de colaboração no contexto da escola e com agências formadoras. No entanto, ainda se resente de ter o currículo da sala de aula comum como eixo articulador dos processos de escolarização dos alunos PAEE (GHIDINI, VIEIRA, 2021). Merece atenção o fato de o atendimento educacional especializado ser significado como ação a ser realizada no espaço único das salas de recursos multifuncionais.

A importância da formação de professores ganhou destaque nas narrativas grupais, evidenciando um avanço substantivo ao considerar-se outros estudos realizados no estado (JESUS, 2012; JESUS, VIEIRA, AGUIAR, SOAVE, 2015). Cumpre destacar, no entanto, que ainda demanda expandir-se e aprofundar-se do ponto de vista teórico-prático.

Os resultados quanto ao financiamento das ações de EE, parecem confirmar os movimentos constituídos e estabelecidos no estado, confirmando a tese de Oliveira (2021), que aponta para o uso de verba pública em instituições privadas, em detrimento de ações pedagógicas nas escolas comuns.

Percebe-se a necessidade de se manter um olhar crítico e reflexivo para o Estado e em particular para a região Serrana, no caso os três municípios em tela. É importante, como nos orienta Sousa Santos (2007), continuar a visibilizar e credibilizar espaços locais e suas ações, tendo em vista superar perspectivas hegemônicas, não democráticas.

5 Conclusões

A pandemia se constituiu em séria tensão em todos os municípios, várias proposições foram realizadas tendo em vista garantir o direito à educação aos estudantes PAEE, embora sinalize-se para muitas desigualdades e desafios. Por outro lado, também se chamou atenção para experiências exitosas. Esse estudo, embora não tenha como um de seus objetivos a questão pandêmica, avalia que esses três municípios precisam com muita ênfase e compromisso político avaliar a situação atual de matrícula, permanência e aprendizado dos alunos PAEE, pós retorno às aulas presenciais. Novos/outros caminhos pedagógicos precisam ser buscados tendo em vista uma educação para todos- cidadã.

No que tange ao estudo no geral, evidencia-se que houve movimentos nesses quase 15 anos de implantação da PNEEPI (2008). Para além da matrícula, há a organização de órgãos/setores de EE estabelecidos, tem havido um esforço de estabelecer políticas locais que têm direções inclusivas. As políticas apontam para preocupações com o diagnóstico/avaliação desse público. Entendem a necessidade de superação de uma perspectiva clínica, embora essa se apresente em alguns casos.

As questões do financiamento público para instituições filantrópicas se colocam como grande contradição. Vê-se que muito mais poderia ser realizado, na área de EE, caso o financiamento fosse unicamente do “público para o público”.

Cumprir destacar que um dos municípios, ainda não conseguiu sair do “jogo” de poder da instituição filantrópica.

O estudo foi realizado dentro das condições possíveis em tempos de pandemia. O grupo de pesquisa dará continuidade ao tema e assim poder-se-á aprofundar essas questões no período 2021-2023, lançando um novo olhar para o Estado do Espírito Santo.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ana Marta Bianchi. **Calcanhar de Aquiles: a avaliação do aluno com deficiência intelectual no contexto escolar**. 2015. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a EE na educação básica**. Secretaria de EE-MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 21 set 2022.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de EE na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Brasília**. CNE/CEB 4/2009. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 27 set 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, **1996**. – (Coleção Leitura).

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G.; VAZ, K. Propostas para a EE em tempos de pandemia: exclusão escancarada. **Revista Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-10, 2021.

GARCIA, MICHELS, 2021; GARCIA, R. M. C.; MICHELS, MARIA HELENA. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. **Educação e Realidade**, v. 46, p. 1-21, 2021.

GATTI, 2005 - GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. São Paulo: Autores Associados, 2005

GIVIGI, R. C. N.; JESUS, D. M.; RALIN, V. L. O. **Formação de Professores de EE Em Tecnologia Digital e Assistiva na Pandemia**. **EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE)**, v. 46, p. x-y, 2021.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Gestão da EE: pesquisa, política e formação**. Curitiba: Appris, 2012.

JESUS, D.M. VIEIRA, B.A. AGUIAR, A.M.B. SOAVE, A.R.B. **Avaliação e EE: Diálogos, Planejamento e Rendimento Escolar nas Salas de Recursos Multifuncionais**. In MENDES Eniceia G.; CIA Fabiana; D’AFFONSECA. Sabrina. **Inclusão Escola e a Avaliação do Público-Alvo da EE (org)**. São Carlos: Marquezine e Manzine, 2015.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MENDES, Eniceia G.; CIA Fabiana; D’AFFONSECA. Sabrina. **Inclusão Escola e a Avaliação Do Público-Alvo da EE (org)**. São Carlos: Marquezine e Manzine, 2015.

OLIVEIRA, Gildásio Macedo de. **Interdependência Orçamento Público e Garantia do Direito à Educação de Estudantes com deficiência: Uma Análise da Terceirização do Atendimento Educacional Especializado**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

SANTANA, Barbara Santana dos Santos de. **Diálogos Brasil e Itália: o que evidenciam os estudos comparados em EE?** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2006

_____. Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do direito. In: **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. Boaventura de Sousa Santos (Org). São Paulo, Editora Cortez, 2007.